



ACÓRDÃO Nº 582/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11752/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Elizabeth Marinho Gonzales (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DCAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3209/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Elizabeth Marinho Gonzales**, ex-Diretora, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa à Sra. Elizabeth Marinho Gonzales**, ex-Diretora do SAAE - Presidente Figueiredo, no valor de **R\$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais), em razão das impropriedades consideradas não sanadas no presente voto, devendo o referido montante ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº 582/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Dar ciência da decisão à **Sra. Elizabeth Marinho Gonzales**, ex-Diretora do SAAE - Presidente Figueiredo;

10.4. Arquivar o presente processo nos termos regimentais.

Vencido voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que votou pela Irregularidade da Prestação de Contas Anual, Multa, Imputação de Débito e Notificação á Interessada.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Julho de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em exercício

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral